ATA Nº. 07/04maio2018 - Mandato 2017/2021

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA QUATRO DE MAIO DO ANO DOIS MIL E DEZOITO.-----

No dia quatro do mês de maio, do ano dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de abril destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

- Ponto 1** Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 14 de fevereiro e 16 de abril de 2018;-----
- Ponto 2** Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas de 2017;-----
- Ponto 3** Apreciação e Aprovação da Aplicação de Resultados de 2017;-----
- Ponto 4** Apreciação e Aprovação da 1ª. Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018;--
- Ponto 5** Apreciação e Autorização de Celebração dos Contratos Inter administrativos de Delegação de Competências entre o Município de Ílhavo e as Juntas de Freguesia;-----
- Ponto 6** Apreciação e Aprovação da Proposta de Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil;-----
- Ponto 7** Tomar conhecimento dos compromissos assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica para a assunção de compromissos plurianuais – 2ª. semestre de 2017;-----
- Ponto 8** Apreciação e Aprovação da Alteração do PDM de Ílhavo, por força da entrada em vigor do Programa da Orla Costeira Ovar/ Marinha Grande, (POC-OMG – Retificação do prazo de elaboração;-----
- Ponto 9** Apreciação e Aprovação da Proposta de Relevante Interesse Público Municipal – construção de estufas, abrigos e apoios (Colónia Agrícola da Gafanha).-----

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente Fernando Maria, em substituição da 1ª. secretária, o Presidente chamou, Irene Ribau e em substituição da 2ª secretária, Carla Rodrigues.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os vereadores Marcos Ré, Eduardo Conde, Tiago Lourenço, Sérgio Lopes Fátima Teles e Alfredo Alves.-----

Uma vez declarada aberta a reunião o Presidente da Mesa, informa que pediu substituição por motivo de doença grave de familiar a 1ª. secretária Fernanda Cravo e por ausência do município a 2ª. secretária Margarida São Marcos, ainda por motivo de doença súbita André Guimarães, todos do grupo parlamentar do PSD, foram substituídos por Eduardo Arvins, Liliana Estima e João Furão.-----

A primeira secretária, Irene Ribau, procedeu de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se registado a presença dos 25 que o compõem. Luís Leitão, Flor Agostinho, João Bernardo, António Pinho, Manuel Soares, Liliana Estima, João Roque, Eduardo Arvins, Ricardo Santos, Pedro Rosa Novo, Pedro

Martins, Hugo Coelho, Margarida Alves, Domingas Loureiro, Carla Madail, Cláudia Santos, Rui Anjo, João Furão, João Campolargo, Luís Diamantino, Carlos Rocha, e Augusto Rocha.-----

Presidente da Mesa: Informa que esta reunião vai dar continuidade aos trabalhos no ponto em que havia sido interrompida, a 1ª. reunião desta sessão, por se ter esgotado o tempo regimental. Informa também que o Relatório do Revisor Oficial de contas foi enviado para todos na segunda-feira de manhã, compromisso que havia assumido.-----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros: -----

Hugo Coelho: Começa por dizer que cumpridas as formalidades legais, salienta a boa notícia de que o município, saiu do plano de ajuste financeiro, sem que tenha deixado de governar bem e investir em todas as frentes, o que é uma boa notícia. As contas refletem o equilíbrio financeiro e social e nada há que se possa criticar, o que leva a concluir que todo o festim da primeira reunião e da semana que se seguiu se deve ao facto de não ser possível criticar a gestão e por isso a oposição desviou a atenção.-----

Margarida Alves: Referindo o relatório, faz referência à dificuldade em quantificar todo o imobilizado camarário, salientando a boa execução. Salienta ainda a taxa de execução na receita acima dos 85%, significativo da boa situação que se vive no município. Considera a descentralização um tema de futuro ainda com muito trabalho de preparação que a antecede e onde a ANMP vai ter um papel muito importante. É sua convicção que teremos pela frente três a quatro anos para a concretização. Estes documentos são a demonstração de uma gestão sustentada e realista sufragada nas últimas eleições autárquicas.-----

Flor Agostinho: Opina que é consensual que o relatório é o resultado de uma gestão equilibrada, bem como o Relatório do Auditor Externo é disso garantia. Existe consenso que os documentos que integram o processo, obedecem à legislação aplicável e não se colocam dúvidas a qualquer um dos membros quanto à sua aprovação. Considerando que a realidade política subjacente a estes documentos se deva fazer não agora, mas aquando a aprovação do correspondente Plano de actividades e grandes opções do plano. Realça contudo, que os resultados obtidos traduzem as opções definidas e aprovadas em dois mil e dezassete. A AMI teve oportunidade durante o ano de dois mil e dezassete, seguir e fiscalizar a gestão autárquica, assim como a população ilhavense. O resultado foi o sufrágio nas urnas eleitorais, manifestação da sua concordância com a estabilidade e equilíbrio entre receita e despesa, promovendo um crescimento sustentável.-----

Luís Leitão: Deveria a AMI estar hoje a fazer a análise dos documentos que constam da O.D. e não de comportamentos casuísticos na defesa das pessoas que defendemos, e tolda-nos a razão. Sendo assim, segue o mesmo raciocínio, com algumas notas: Sobre os acontecimentos da semana passada afirma ter sido um ato de responsabilidade e nenhuma manobra. Não há votação de contas sem os instrumentos todos, sendo que um é a certificação legal de contas. Contudo afirma ser sempre possível perguntar a quem de direito se, se devia ou não votar o ponto em análise. Pergunta ainda se será legal a data dos documentos ser posterior aos documentos dados para apreciação. -----

Pedro Martins: O que fez a bancada do PS foi uma chamada de atenção para uma irregularidade e a bancada do PSD, manifesta não se preocupar com a fiscalização que lhe compete. Não se tratou apenas de fazer alarido. Da análise resulta que as receitas continuam pujantes do resultado de cobrança de impostos. A receita do IMI continua a ser muito relevante e o argumento do Presidente da Câmara, de que não é possível prescindir desta receita por força de continuar o investimento. A verdade é que mesmo sendo ano de eleições o investimento baixou, o que faz cair este argumento de manter o IMI.-----

Ricardo Santos: As contas refletem as opções que foram tomadas, salientando a redução da dívida, como uma boa opção. Manifesta contudo, preocupação no desinvestimento, se existem bons resultados esses devem dar resultado a bons investimentos bem feitos. As pessoas têm passado nos últimos anos uma situação crítica com aumento de impostos e se é possível à Câmara aliviar esses impostos, então que se faça essa opção.-----

António Pinho: Começa por referir que sendo o último a usar da palavra quase subscreve tudo o que foi dito. Realça que os níveis de execução refletem que as opções tomadas foram coerentes. Afirma também que dentro de alguns anos veremos se temos de agradecer ao Governo que fez chamar a Troika. A sua vinda obrigou à disciplina que fez desaparecer os orçamentos megalómanos, que acabavam por não se cumprir em cerca de 50%. O país vive a maior carga de impostos de sempre quer a nível do Governo quer a nível da Câmara pensa ser preferível pagar menos impostos e haver uma escolha muito criteriosa dos investimentos a fazer. Menos impostos, menos obra, sim, com escolhas muito bem feitas.-----

Presidente da Mesa, dá a palavra, para as habituais respostas, ao:-----

Presidente da Câmara: Pensa que na Câmara o PS fez uma constatação de que do Plano que mereceu a sua votação contra e as contas a sua abstenção, demonstra que a evolução se fez bem. É apenas uma leitura, abstendo-se naturalmente de comentar as opiniões de cada um, opinando ainda que se no ano eleitoral se tivesse aumentado o investimento, o discurso seria talvez o de despesismo, em ano eleitoral. Entende o executivo em funções que o investimento foi equilibrado e bem feito. A saída do plano de ajustamento é o espelho de que o caminho foi o caminho certo. A Fenando Martins lembra que em dois mil e dezasseis o IMI baixou 6,25 por cento. A António Pinho diz que espera e deseja que não voltemos ao passado e ao tempo da troika. Estamos a assistir de novo a grandes facilidades da parte da banca ao empréstimo destinado ao consumo. Ninguém deseja voltar a viver tempos tão complicados.-----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 2ª. Intervenção dos membros:-----

Margarida Alves: Diz que a comunicação social apenas reproduziu uma parte do que aconteceu na Assembleia, não tendo sido isenta na avaliação do que passa na AMI, como seria sua obrigação.-----

Flor Agostinho: Aquando a realização da reunião para preparação do Regimento, colocou-se a questão legislativa do envio da documentação, que são quarenta e oito horas. O Presidente da AMI assumiu o compromisso do envio dos documentos com a antecedência possível. Sabendo nós que a reunião do executivo foi realizada na Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré e terminou já depois do encerramento dos serviços e que os documentos nos foram remetidos por e-mail cerca das onze horas do dia seguinte. Pois só quem trabalha com documentos poderá saber o que é digitalizar e enviar todo este expediente. Aqui não houve desleixo como li, palavras agressivas e graves, mas sim o que houve, foi uma grande vontade por parte dos técnicos da Câmara em fornecer todo o expediente no mais curto espaço de tempo possível para nós, o que agradeço. A Câmara já foi inspecionada por diversos organismos e não foi detetada nenhuma irregularidade, não posso aceitar as acusações e todo este alarido em volta de uma questão que se resume a um lapso de envio de uma cópia. A responsabilidade da gestão autárquica foi claramente entregue ao PSD e este assume essa responsabilidade fazendo uma gestão transparente, equilibrada e defendendo a qualidade de vida dos seus municípios, sem aceitar domínio seja de quem for.-----

Hugo Coelho: Afirma que a cobrança do IMI é uma verba muito importante para fazer crescer o município. Declara-se feliz por a Câmara ter saído do plano do ajuste financeiro.-----

Luís Leitão: Reafirma o que já havia dito sobre o Relatório. Sobre as contas diz que não tem nada a ver com estratégias de governação. Afirma que votar contas não é votar opções políticas. Referindo o IMI, diz que o que foi dito não se confirma, afinal a receita até aumentou ao contrário do anunciado que seria mais baixa! Afirma ainda, que o voto contra é uma demarcação em relação ao que está a ser avaliado, não lhe parecendo que o trabalho do executivo mereça que se demarque.-----

Pedro Martins: Pergunta se o PSD fica confortável com o investimento a baixar. Manifesta incompreensão para um PSD, que fez um ataque à comunicação social deste concelho, à Rádio Terra Nova, o que nunca antes tinha acontecido. Estranha ainda que, o PSD que faz críticas à enorme carga fiscal a nível nacional, conviva com o aumento da carga fiscal no município, o que não compreende. O que baixou no município a nível no

IMI na ordem dos 6,25%, foi a taxa., com o argumento de que a receita iria baixar um milhão, tendo-se ficado nos cento e cinquenta mil euros. -----

João Roque: As contas são um documento técnico, que em princípio estão certas. As opções é que são diferentes, já foram aqui referidas algumas diferenças por camaradas de bancada. Refere que a nível nacional o aumento de impostos é conseguido à custa do aumento da base de incidência, devido sobretudo à menor taxa de desemprego. Faz também referência à necessidade de baixar a taxa do IMI -----

Margarida Alves: Pede para usar a palavra em defesa da honra, para afirmar não ser verdade que a bancada do PSD está contra a comunicação social, mas sim ela própria. O que exigimos é que certa comunicação social tenha igualdade de critérios para todas as bancadas da AMI. -----

Presidente da Mesa, dá a palavra, para as habituais respostas, ao:-----

Presidente da Câmara: Explica que o cálculo das previsões é feito tendo em conta os últimos vinte e quatro até ao mês em que é feito o orçamento. A leitura política de cada um é feita em função das convicções, como é lógico. O investimento em função da média, foi altíssimo. Reafirma que não houve aumento de carga fiscal no município.-----

Presidente da Mesa: Coloca a votação o ponto em análise que obtém a seguinte votação: **Aprovado por maioria** com 13 votos da bancada do PSD, 3 votos contra dos membros Luís Leitão, João Bernardo e Cláudia Santos da bancada do PS e 9 abstenções assim distribuídas. Representantes das bancadas do CDS/PP, do BE e restantes membros do PS.-----

Para a ata foram ditadas as seguintes **declarações de voto:**-----

João Bernardo: Votei contra, fruto do resultado desta discussão. Alterei a minha intenção de voto, espero que o Senhor Presidente da Câmara se sinta feliz pela minha coerência.-----

Luís Leitão: A minha declaração de voto é para que eu fique feliz e coerente com a minha interpretação da irregularidade da Certificação legal de contas e também para fazer feliz o senhor Presidente, que tem-se sentido bastante confrangido neste últimos minutos.-----

A mesa é entregue assinada pelos restantes 7 membros do PS, que se abstiveram a seguinte:-----

Declaração de Voto: Apreciação e votação do Relatório e Contas de 2017-----

A proposta de Relatório e Contas da Gerência da Câmara Municipal de Ílhavo, relativa ao ano económico de 2017, que a Maioria do Partido Social Democrata submete a apreciação e votação, é um documento que não só reflete a realidade contabilística e financeira da autarquia como contém subjacentes as opções políticas dos autarcas que detém a maioria dos mandatos autárquicos e por isso lhes cabe a governação.-----

O exercício contabilístico de registo da realidade financeira da Autarquia, evidencia não haver qualquer evidencia, dentro daquilo que nos permitido escrutinar, de divergência da documentação face ao exercício, não se colocando qualquer objeção ao que nela consta.-----

Já no que se relaciona com a realidade que resulta deste exercício, fruto das opções políticas da Maioria PSD, não é novidade que o PS tem inúmeras divergências quanto ao modo como o Município tem vindo a ser governado ao longo das últimas duas décadas.-----

As prioridades estabelecidas pela Maioria PSD estão bem espelhadas neste Relatório e Contas, bem como as de executivos anteriores liderados pelo mesmo Partido e por protagonistas que se mantiveram até hoje com responsabilidades executivas.-----

Estes protagonistas são por isso responsáveis pelo serviço de dívida que a Câmara suporta, em 2017 como em anos anteriores, de mais de 2 milhões de Euros e uma dívida que ronda os 14 milhões de Euros. Ainda que o valor da dívida venha reduzindo ao longo dos últimos quatro anos e que o seu peso face à dimensão

orçamental da autarquia seja suportável, não podemos escamotear que o custo anual da sua existência hipoteca uma parte importante da capacidade financeira da Câmara na resposta aos problemas do presente e aos desafios do futuro, resultante de orçamentos municipais sobredimensionados que não resolveram muitos dos problemas estruturais do Município.-----

Adicionalmente cumpre-nos assinalar que o montante devido a fornecedores aumentou face a 2016 e que o prazo médio de pagamentos se fixa nos **62 dias**, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Câmara, não se percebendo com que fundamento afirma a maioria que este indicador se fixa em valores consentâneos com rácios financeiros dos melhores Municípios do País. A este respeito, é importante notar que em igual período de 2013 aquele indicador se fixava nos **9 dias**, pelo que a subida registada nos últimos anos deve preocupar-nos, dado que indicia uma tendência estrutural do regresso a uma relação pouco leal com as fornecedores da Autarquia, a uma política de gestão financeira substantivamente sustentada as custas do esforço dos fornecedores, que num passado bem recente nos levou a aderir a um plano governamental de saneamento de dívida a fornecedores.-----

Esta estrutura financeira, resultante dos desvios do passado e da falta de rasgo na introdução de mecanismos de eficiência na administração que se arrasta até ao presente, tem servido de alibi à maioria PSD para, ano após ano, **aumentar a carga fiscal aos Municípios**. A este propósito, temos o dever de relevar que a receita proveniente de Impostos Directos aumentou em continuidade com a tendência registada nos últimos quatro anos, mesmo em ano em que a taxa de IMI foi reduzida. Aliás, a **redução da taxa de IMI não resultou na diminuição acentuada daquela receita que a maioria PSD havia previsto no valor de 600 mil euros, registando uma pouco significativa queda de 150 mil euros**.-----

Esta realidade que nos é apresentada prova, se dúvidas houvesse, que o PS continua a ter razão no que diz respeito a capacidade orçamental que a Autarquia tem para reduzir substantivamente a carga fiscal as famílias e empresas, em sede de diminuição da taxa de IMI para além da redução anémica operada pela maioria, de diminuição da taxa de participação variável no IRS e da taxa de Derrama, sem colocar em causa a sustentabilidade orçamental da Câmara e com vantagens assinaláveis para o alívio dos compromissos dos Municípios e correspondente estímulo da economia local.-----

Ademais, o esforço que é exigido aos Municípios, não é acompanhado da redução rigorosa da despesa corrente da Câmara, nem tão pouco da resolução dos estrangulamentos do concelho, nas áreas da mobilidade, da criação de emprego e fixação de população activa, da valorização dos nossos recursos ambientais e turísticos, da gestão territorial integrada e sustentável, do reforço das políticas sociais e da aproximação entre os eleitos e eleitores.-----

Registamos ainda debilidades na gestão do Município que se refletem, designadamente, na falta de cobertura total do saneamento, não obstante os investimentos feitos nesta área ao longo dos últimos quatro anos, na ausência de uma rede de transportes públicos em todo o Município, bem como na inexistência de uma estratégia para a regeneração urbana, em especial, nas freguesias da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação.-----

Lamentamos ainda que nenhum dos programas da Câmara de reabilitação urbana tenha tido tradução prática, nunca tendo surtido o efeito pretendido, notando-se que a reabilitação do edificado degradado não sai do papel. Aliás, quanto a matéria de reabilitação e, bem assim, da requalificação do território, continua a não se compreender a total ausência de estratégia para as restantes freguesias do Município, fazendo notar que na segunda cidade do concelho, a Gafanha da Nazaré, nada se fez a este nível de particularmente relevante.-----

Deparamo-nos ao longo dos últimos quatro anos com o cenário das escolhas que o PSD fez, sempre as custas da sobrecarga fiscal dos ilhavenses, nunca às custas de uma redução de despesa rigorosa, sempre ignorando a necessidade de uma ação política estratégica que resolva os problemas estruturais do Município, que tanto prejudicam a sustentabilidade do território e a qualidade de vida dos Municípios.-----

Por último e porque importa uma gestão exigente e rigorosa, torna-se inaceitável que se apresentem a esta Assembleia Municipal elementos para aprovação incompletos e com carácter provisório — Ex: data conveniente a definir - completamente incompatíveis com uma gestão ÉTICA e DEONTOLOGICA que deve ser praticada pelos revisores de contas, vulgo ROC – Soc. PALM . Será este aparente facilitismo, um excesso de confiança ou uma partilha de conceitos inaceitáveis no âmbito das funções de cada entidade – CMI /Soc ROC.

Face aos motivos expostos, o Partido Socialista não pode aprovar o Relatório e Contas de 2017 e apoiar as escolhas políticas que lhe são inerentes, assim optam os membros da bancada do PS na AMI, pela abstenção. Ílhavo, 27 de Abril de 2018. Assinada pelos 7 membros que subscrevem esta Declaração.-----

Presidente da Mesa: Informa que vai dar início à análise do Ponto – 3 Apreciação e Aprovação da Aplicação de Resultados de 2017, para cuja introdução dá a palavra ao:-----

Presidente da Câmara: Explica que é simples e habitual, resulta da Lei, e mantém-se disponível para qualquer pergunta.-----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para as habituais inscrições dos membros e porque ninguém se inscreve coloca o ponto a votação:-----
APROVADO POR UNANIMIDADE-----

Presidente da Mesa: Do mesmo modo anuncia a análise do Ponto – 4 Apreciação e Aprovação da 1ª. Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2018, para cuja introdução dá a palavra ao:-----

Presidente da Câmara: É o corolário do Relatório e a introdução do saldo com alguns pequenos ajustamentos.-

Presidente da Mesa: Abre inscrições para as habituais inscrições dos membros e porque ninguém se inscreve coloca o ponto a votação:-----
APROVADO POR UNANIMIDADE-----

Presidente da Mesa: Do mesmo modo anuncia a análise do Ponto – 5 Apreciação e Autorização de Celebração dos Contratos Inter administrativos de Delegação de Competências entre o Município de Ílhavo e as Juntas de Freguesia, para cuja introdução dá a palavra ao:-----

Presidente da Câmara: Os documentos são o resultado do trabalho entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Em face das condições da própria Câmara e de cada Junta foi transferido da CMI para as Juntas de Freguesia, a quantia de trezentos mil euros. O FEF foi o valor de referência para as transferências.-----

Presidente da Mesa: Abre inscrições para as habituais inscrições dos membros:-----

António Pinho: Diz que as Juntas de Freguesia têm junto das populações um papel que vai muitas vezes para além das suas competências e a ação das Juntas não se resumem a estes contratos.-----

Flor Agostinho: Considera estes instrumentos importantes, porque as Juntas de freguesia, estão próximas das populações, conhecem e resolvem problemas que parecendo pequenos, têm grande dimensão na vida das pessoas.

Carlos António, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré: Valoriza o diálogo que aconteceu na discussão destes contratos e a unanimidade em que resultaram os trabalhos. Como disse o Pinho as Juntas mais perto das populações, conhecem melhor as aspirações das pessoas. Afirma que as Juntas sendo mais despesistas que a Câmara, precisam dum maior quantitativo a ter em consideração nas transferências do próximo ano.

Augusto Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação: Começa por convidar todos a passar pela freguesia, para as festas da Paróquia e que irá receber a visita da Imagem de Nossa Senhora de Fátima. Agradece a boa vontade dos colegas que estão na presidência das Juntas maiores, mas pede uma distribuição de verbas que permitam planear mais alto, ou seja maior quantitativo. Solicita ainda, que as reuniões para estes contratos passem a realizar-se mais cedo, para as verbas serem igualmente disponibilizadas mais cedo, assim como, a última tranche passe a ser mais pequena.

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: Esta distribuição de verbas que a Câmara faz destina-se a obra e só assim é possível fazê-la. Agradece aos colegas a disponibilidade de prescindirem de cinco mil euros para a Junta do Carmo, que é a mais pequena. A Freguesia da Gafanha do Carmo, depois da reforma administrativa sofreu um corte de cerca de 25%, nos FEFs. Deixa o desafio de pensar uma nova forma de transferência direta da Câmara, sem que os colegas tenham de continuar a ser solidários e prescindirem cada um da parte de verba. O contrato foi aprovado pela Assembleia de Freguesia.

João Campolargo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador-Ilhavo: Agradece ao Flor Agostinho as referências. Concorde com o Pinho quando diz que as Juntas são a entidade na linha da frente das populações. Chama a atenção para o facto de a legislação ser para cumprir e é conhecida de todos, não vale a pena discutir se as Leis são boas ou más. Do mesmo modo, falou com o Engenheiro Marcos Ré, no sentido de a primeira tranche ser transferida mais cedo. Afirma que a Lei 75/2013, de 12 Setembro é para cumprir, vincando o artigo 16.º (Competências da Junta de freguesia) da mesma. Embora reconheça que há falta de apoio administrativo e isso faz alguma diferença, lembra que não sentem as Juntas, mais pequenas, tanta necessidade de resposta. A Junta de S. Salvador tem vinte e dois funcionários, protocolos com o IEFP, Santa Casa da Misericórdia, Segurança Social, recebe estagiários da EPA, do AGEILHAVO, atende cerca de seiscentas pessoas por mês e ajuda neste momento no preenchimento do IRS os concidadãos que referenciem essa necessidade, dentro dos Regulamentos em Vigor.

Presidente da Câmara: Começa por afirmar que à semelhança do ano anterior não quer que os Presidentes de Junta agradeçam à Câmara. Entende que as Juntas estão de facto na primeira linha, junto da população. Também gostava que o desafio que fizeram à Câmara Municipal o façam ao Governo. As Juntas da área de Lisboa recebem muito e as restantes muito pouco.

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: Opina que as Juntas de Freguesia da área de Lisboa ficaram legislativamente beneficiadas, o que não é justo. Embora a Junta do Carmo seja pequena, tem uma área muito grande de bermas para limpar, porque é uma freguesia rural.

João Campolargo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador-Ilhavo: A Lei 56/2012, reorganização administrativa de Lisboa, nasce exatamente para trabalhar na área metropolitana de Lisboa. Foi apresentado no último domingo, no congresso da ANAFRE, um documento de intenção e uma exigência para que a Lei das Finanças Locais seja alterada nomeadamente no que respeita aos valores de transferência para as Juntas.

João Bernardo: Afirma que uma mentira 2 vezes dita não passa a ser verdade, foi afirmado que as juntas da área de Lisboa foram beneficiadas pelo Orçamento do Estado, o que não é verdade. A Câmara de Lisboa fez a reorganização das freguesias e transfere dinheiro para estas.

Presidente da Mesa, Dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder, às questões colocadas:

Presidente da Câmara: Defende que as Juntas de Freguesia, deveriam receber as verbas diretamente do Orçamento do Estado e não serem as Câmaras Municipais, as financiadoras destas.

Presidente da Mesa: Terminadas as intervenções coloca a votação o ponto em análise que obtém a seguinte votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE

Presidente da Mesa: Coloca a apreciação o ponto 6 - Apreciação e Aprovação da Proposta de Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil, para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara:

Presidente da Câmara: O Regulamento foi aprovado em dois mil e nove, as Leis alteraram e com base nestas alterações é necessário proceder aos ajustamentos necessários.

Presidente da Mesa: Abre inscrições para intervenções dos membros.

Presidente da Mesa: Não havendo inscrições coloca a votação o ponto em análise que obtém a seguinte votação:

APROVADO POR UNANIMIDADE.

Presidente da Mesa: Coloca a apreciação o ponto 7 - Tomar conhecimento dos compromissos assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica para a assunção de compromissos plurianuais – segundo semestre de 2017 dois mil e dezassete para cuja introdução dá a palavra ao Presidente da Câmara:

Presidente da Câmara: Trata-se de expediente legislativo sem qualquer complexidade.

Presidente da Mesa: Não havendo inscrições dos Membros, coloca o mesmo a votação, tendo obtido:
APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE.

Presidente da Mesa: Coloca em apreciação o ponto 8 - Apreciação e Aprovação da Alteração do PDM de Ílhavo, por força da entrada em vigor do Programa da Orla Costeira Ovar/ Marinha Grande, (POC-OMG – Retificação do prazo de elaboração, para cuja introdução dá a palavra ao:

Presidente da Câmara: Informa que, sendo uma área inserida no pelouro do Vice-presidente, passa-lhe a palavra, para a respetiva introdução:

Vice-presidente Marcos Ré: Começa por cumprimentar e explica que se trata de uma retificação ao prazo de elaboração. Não seria necessária a deliberação da AMI, mas aproveita para informar que não sendo fácil a alteração ao PDM a APA, achou por bem ajudar as Câmaras com a elaboração de um manual que está ainda a ser burilado e por isso esta alteração de prazo.

Presidente da Mesa: Não havendo inscrições dos Membros, coloca o mesmo a votação, tendo obtido:
APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE.

Presidente da Mesa: Coloca a apreciação o ponto 9 - Apreciação e Aprovação da Proposta de Relevante Interesse Público Municipal – construção de estufas, abrigos e apoios (Colónia Agrícola da Gafanha), cuja **introdução vai ser feita pelo:**

Presidente da Câmara: Da mesma forma, sendo uma área inserida no pelouro do Vice-presidente, passa-lhe a palavra, para fazer a respetiva introdução:

Vice-presidente Marcos Ré: Informa que se trata de um pedido que resulta da dificuldade de tramitação do Plano Municipal de Ordenamento da Colónia Agrícola. O investidor pretende ocupar cerca de um hectare para cultura hidropónica de morango, para a qual tem um programa comunitário aprovado. Ao mesmo tempo será resolvida a situação do CASCI e da CERCIAV, que aí laboram clandestinamente.

Pedro Martins: No 1º mandato do Presidente Ribau Esteves, recorde-me de ter dito que o problema da Colónia Agrícola nem em cinquenta anos teria resolução. Já passaram mais de vinte anos e continua a dificuldade em mexer naquela parcela do Município, o que não depende da Câmara e que urje resolver. Cingindo-me ao que está em análise o PS está de acordo, porque a aptidão daquele local é a agricultura. Ainda que esteja prevista a construção de estruturas de apoio, na agricultura do nosso tempo, são indispensáveis à boa prática agrícola.

Vice-presidente Marcos Ré: Reconhece concordar com o que disse o membro Pedro Martins. De facto, é zona agrícola, mas também é ecológica e a reserva ecológica tem uma condicionante que é a execução de estruturas de apoio. A agricultura moderna exige um conjunto de obras que em certa medida a reserva ecológica não permite. Daí a solução aqui proposta.

Presidente da Câmara: A Pedro Martins diz que de facto este é um problema que o leva a pensar que ninguém para além da Câmara quer resolver. No mandato anterior foram criados dois grupos de trabalho, mas a complexidade das leis e entidades envolvidas, não levou à obtenção de resultados. Pensa que, se não houver vontade política, não se resolve. No dia nove de Junho de dois mil e dezassete, a CMI enviou ao Ministro da Agricultura um ofício a pedir uma reunião, propondo um acordo entre todas as entidades envolvidas. No passado dia dezasseis de Abril, respondeu a Chefe de Gabinete, informando que foi remetido ao Secretário de Estado para agendamento em função da sua agenda.

Presidente da Mesa: Coloca o ponto em análise a votação, tendo obtido:
APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE.

Esgotada a Ordem do Dia, é esta reunião pelo Presidente da Mesa dada por encerrada, pelas 00h30 minutos do dia 28 de abril do ano de 2018.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Irene Ribau Esteves, 1ª, Secretária, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

A 1ª. Secretária _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA ÚNICA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 15 DO MÊS DE JUNHO, DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MESMO MÊS, DO ANO DE 2018.